

**MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS**  
**CARLOS ALBERTO DE CAMPOS**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTANDO**

**APMP: Por que escolheu ser promotor de Justiça?**

A decisão profissional relativa à escolha de ser Promotor de Justiça foi uma resolução amadurecida, em face do convívio com vários professores que tive na faculdade, todos pertencentes à carreira do Ministério Público (Oscar Xavier de Freitas, Agripino Vieira de Souza, Rui Junqueira de Freitas Camargo, Rubens Teixeira Scavone, José Aleixo Irmão, Ruy Rebello Pinho). Além disso, em minha cidade natal, Tatuí, vários foram os Promotores da comarca que ali tiveram notável desempenho jurídico. Essa admiração, formada ao longo dos anos, durante minha juventude, foi um fato determinante para a decisão da escolha de ser Promotor.

**Concurso**

Meu concurso de ingresso na carreira foi aquele realizado em 1969, o segundo desse ano, terminado em 14 de agosto de 1969.

**APMP: Como foi a experiência como substituto?**

Minha primeira experiência como Promotor de Justiça Substituto foi na Comarca de Osasco, onde fui recepcionado por dois grandes nomes do

Ministério Público de São Paulo, os doutores Carlos Siqueira Neto e José Cassio Soares Hungria. Nessa comarca tive uma sensacional experiência, diante da ampla gama de assuntos que tramitavam na mencionada comarca, à época instalada há pouco tempo.

**APMP: O senhor se recorda da primeira comarca?**

Angatuba foi a minha primeira comarca (1ª entrância), com pouco movimento forense. Funcionava o Fórum em uma casa velha, adaptada. Em virtude do pouco movimento existente, muitas vezes, fui designado para auxiliar, acumular, substituir em Itapetininga, comarca próxima, com muito mais movimento forense.

**APMP: Quais as dificuldades da época para se trabalhar na época (telefone, transporte, situação dos fóruns)**

Naquele tempo, a comunicação por telefone era uma calamidade, uma ligação para São Paulo chegava a demorar 10/12 horas.

**APMP: Como foram as passagens para as entrâncias (promoções e remoções).**

Após Angatuba, fui promovido para a comarca de Cotia, comarca esta vibrante e complexa, com muito serviço, principalmente diante da proximidade da Capital, de outros grandes centros e da sua extensão territorial, eis que envolvia ITAPEVI, município de acendrado movimento de causas, cíveis e criminais.

**APMP: Quais eram o Procurador-Geral e o Corregedor-geral a época?**

Nos primeiros anos de minha carreira, os Procuradores Gerais de Justiça que estiveram a frente do parquet paulista foram Dario de Abreu Pereira, Oscar Xavier de Freitas, Gilberto Quintanilha Ribeiro, João Baptista Santana, João Severino de Oliveira Peres e os Corregedores Gerais foram Amaro Alves de Almeida Filho, Rubens Teixeira Scavone, Hermínio Alberto Marques Porto, Francisco Papaterra Limongi e Silvio Barros de Almeida.

**APMP: Como era o cenário político na época?**

O cenário político dessa época (1964/1984) coincidia com os tempos do movimento político civil/militar instaurado no país a partir de 1964, afigurando-se-me despidendo fazer quaisquer comentários a respeito, diante da notoriedade do momento vivido pela nação brasileira.

**APMP: O senhor chegou a fazer Tribunal do Júri, como foi a sua experiência.**

Durante a carreira fiz algumas dezenas de Júris e achei uma experiência extremamente gratificante. É uma notável participação da sociedade na distribuição da Justiça. Além disso, nas comarcas por onde passei, consegui uma fantástica experiência, tanto na área cível como na criminal, diante do forte e variado número de processos que tramitavam nesses Juízos.

**APMP: Como foi a passagem para a segunda instância?**

Quando ascendi à 2ª instância da carreira, fui integrante do Órgão Especial do Colégio de Procuradores e membro do Conselho Superior do M.P, como Conselheiro, por duas vezes, nos anos de 1984 e 1985.

Em maio de 1986 fui designado como Diretor Geral do Ministério Público pelo Procurador Geral da época, Paulo Salvador Frontini e reconduzido pelo Dr. Claudio Ferraz de Alvarenga, permanecendo nessa função até o final de dezembro de 1989.

Atuei fora da carreira, no período de 1990 até início de 1993 na condição de assessor do Dr. Claudio Ferraz de Alvarenga, quando ele foi nomeado Secretário do Governo do Estado de São Paulo.

Não poderia encerrar esta minha modesta colaboração ao projeto “Memória dos Aposentados” sem relatar ao menos dois episódios interessantes da minha carreira.

**APMP: Gostaria de relatar algum fato pitoresco ocorrido durante a carreira?**

Fatos pitorescos como os abaixo comentados, com certeza, ilustram a vida dos Promotores de Justiça em suas andanças funcionais.

Certa feita, ao participar de uma audiência de um processo crime em que o réu era acusado do delito de sedução (ora, vejam só) em uma comarca da Grande São Paulo, o ilustre magistrado perguntou à testemunha se ela sabia da existência de namoro entre partes.

A testemunha disse que o réu e vítima andavam de bonde pela cidade.

O juiz não entendeu o que estava sendo dito, pediu para a testemunha repetir o que havia dito e acabou por ficar irado com o depoente, dado

que na comarca não havia bonde e, por isso, a testemunha poderia até ser presa, por estar mentindo.

Nessa hora, fui obrigado a intervir para dizer ao juiz que “andar de bonde” era uma expressão popular que significava andar de braços dados, quiçá namorar.

Veja como a palavra, por vezes não é um bom meio de comunicação.

Outra feita, ao fazer um júri, no plenário, estava explicando aos senhores jurados sobre a qualificadora da traição. O advogado do réu vociferava por um aparte, não concedido;

Eu, de costas para o advogado e de frente para o Conselho de Sentença, fui surpreendido por um forte barulho atrás.

O ilustre causídico havia derrubado a garrafa d’água na tribuna, que bateu batendo contra o vidro que guarnecia a mesa; e com o estrondo, virei-me, assustado, vi o que acontecera e disse aos senhores jurados: traição é isso aí, algo feita pelas costas, um disfarce da surpresa.

### **APMP: Fale-nos sobre a sua atividade no egrégio CSMP.**

Por derradeiro, quero tecer algumas considerações quantos as funções de membro do Conselho Superior do Ministério Público.

Como Conselheiro, conheci a carreira profundamente e vejo hoje que as promoções por merecimento e por antiguidade, das quais participei, conduziram ilustres membros do M.P ao ápice da carreira e, hoje, muito contribuem para o desenvolvimento institucional do parquet e por isso desfrutam de elevado prestígio e justa admiração da classe.

### **Carreira no MPSP**

Nas funções de Diretor Geral do Ministério Público fui testemunha e participe de grandes modificações do parquet, parte delas conduzidas pelo dinâmico Procurador Geral de Justiça, Dr. Paulo Salvador Frontini.

Nessa ocasião, o M.P necessitava afastar-se do controle de vários órgãos estaduais.

Por isso, conduzi, a bom termo, processos administrativos que afastaram a Instituição da supervisão do DETIN, do COETEL e do CONEI; que respectivamente, tutelavam os setores de transportes, telefonia e informática.

Procurei aparelhar a Instituição, sob o prisma material, participando da elevação de seus bens patrimoniados de 4.500 para mais de 19.000.

Na gestão do Procurador Geral de Justiça, Dr. Claudio Ferraz de Alvarenga, como Diretor Geral, efetuei a compra do primeiro bem imóvel da Instituição, um enorme prédio na Rua Líbero Badaró, 600, primeira sede própria do M.P.E.S.P.

### **APMP: O senhor se preparou para a aposentadoria?**

Após essa trajetória, reunindo condições para a aposentadoria voluntária tomei a difícil decisão de me afastar da carreira. Uma vez aposentado, exerci um cargo em comissão junto ao Tribunal de Contas do Estado e, atualmente realizo algum trabalho na advocacia e cuido de interesses meus e de minha família.